

A INVISIBILIZAÇÃO DAS MULHERES NA FILOSOFIA BRASILEIRA: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DE ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO

THE INVISIBILITY OF WOMEN IN BRAZILIAN PHILOSOPHY: A CRITICAL
READING FROM ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO

Ciências Humanas • 20/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789868963](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789868963)

Raimunda Nonata Amorim Silva¹

Maria de Jesus dos Santos²

Bruna Angeliny Santos Assunção³

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre a invisibilização das mulheres na filosofia brasileira. Objetiva-se analisar de que modo a construção histórica e epistemológica do campo filosófico nacional, conforme delineada por Antônio Joaquim Severino, contribuiu para a exclusão das filósofas dos registros canônicos e do ensino da disciplina. A metodologia adotada é de caráter exploratório e bibliográfico, articulando a análise crítica da obra *A filosofia contemporânea no Brasil* (Severino, 1999) com aportes da filosofia feminista, em especial Simone de Beauvoir, e com produções recentes dedicadas à recuperação da trajetória intelectual das mulheres, como a *Enciclopédia Mulheres na Filosofia* (Araújo; Frateschi; Leal, 2024). Defende-se que tal invisibilização não resulta de uma ausência de produção intelectual feminina, mas de critérios seletivos de legitimação históricos, institucionais e epistemológicos, que definiram quem poderia ser reconhecido como filósofo. Conclui-se que recuperar e valorizar as contribuições das mulheres implica repensar o próprio sentido do filosofar no Brasil, promovendo uma historiografia mais plural, justa e representativa, com reflexos diretos na renovação dos currículos e das práticas pedagógicas em filosofia.

Palavras-chave: mulheres na filosofia; filosofia brasileira; invisibilização; exclusão intelectual; ensino de filosofia.

ABSTRACT

This article offers a critical reflection on the invisibilization of women in Brazilian philosophy. Its aim is to analyze how the historical and epistemological construction of the national philosophical field, as outlined by Antônio Joaquim Severino, contributed to the exclusion of women philosophers from canonical records and from the teaching of the discipline. The methodology adopted is exploratory

and bibliographic, articulating a critical analysis of the work *Contemporary Philosophy in Brazil* (Severino, 1999) with contributions from feminist philosophy, especially Simone de Beauvoir, and with recent publications dedicated to recovering the intellectual trajectory of women, such as the *Encyclopedia of Women in Philosophy* (Araújo; Frateschi; Leal, 2024). It is contended that this invisibilization does not result from a lack of female intellectual production, but from selective criteria of legitimation historical, institutional, and epistemological, that defined who could be recognized as a philosopher. The conclusion is that recovering and valuing women's contributions implies rethinking the very meaning of philosophizing in Brazil, promoting a more plural, fair, and representative historiography, with direct impacts on the renewal of curriculums and pedagogical practices in philosophy.

Keywords: women in philosophy; brazilian philosophy; invisibilization; intellectual exclusion; philosophy teaching.

INTRODUÇÃO

A historicidade da filosofia brasileira ainda exclui as vozes das mulheres que participaram e participam da construção do pensamento filosófico. Observa-se que o silenciamento das filósofas se manifesta desde a origem da filosofia e persiste no cotidiano da educação básica e das academias, espaços em que suas produções continuam sendo marginalizadas. Segundo Severino (1999), a filosofia no Brasil se constitui em estreita relação com processos históricos, culturais e institucionais que contribuem para a legitimação de determinadas formas de pensamento. Nesse contexto, torna-se necessário problematizar como se configura o

filosofar em terras brasileiras e quais vozes foram reconhecidas como legítimas ao longo desse processo.

A compreensão da filosofia no Brasil exige, antes de tudo, a definição do que se entende por “fazer filosofia”. Em *A filosofia contemporânea no Brasil*, Antônio Joaquim Severino apresenta os lugares em que a filosofia se faz presente e discute o sentido do filosofar contextualizado culturalmente. O autor afirma que a filosofia não é um saber isolado, mas um ponto de partida para o aperfeiçoamento da consciência humana (Severino, 1999), compreendida em diferentes patamares de desenvolvimento. Essa concepção permite apreender a filosofia como uma forma humana de pensar, que nasce da experiência e da tentativa de interpretar o mundo e a própria existência.

Entretanto, ao longo da obra, a ausência das filósofas evidencia um cenário de invisibilização das mulheres na filosofia brasileira. Sendo um estudo amplo e sistemático sobre a filosofia contemporânea no Brasil, o livro de Severino revela, mesmo que não intencionalmente, o silenciamento das mulheres nas correntes filosóficas apresentadas. Tal constatação reforça o que se observa nas salas de aula: uma narrativa da história da filosofia centrada majoritariamente em vozes masculinas, como se a capacidade de pensar e filosofar fosse prerrogativa dos homens.

Para analisar criticamente essa invisibilização, o artigo adota uma metodologia de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e de natureza exploratória, Conforme Guerra *et al.* (2024), a pesquisa bibliográfica constitui-se como uma etapa fundamental para a construção do referencial teórico, apoiando-se em fontes já publicadas, como artigos, livros e teses, que fornecem o

embasamento necessário para a análise proposta. Por sua vez, a pesquisa exploratória, segundo Lösch, Rambo e Ferreira (2023), caracteriza-se por ser um estudo inicial que visa proporcionar familiaridade com temas pouco explorados, permitindo uma compreensão ampla e a formulação de questões e hipóteses de pesquisa.

Assim, o estudo baseia-se na análise crítica da obra de Severino (1999) em diálogo com fontes referenciais do feminismo filosófico, como Simone de Beauvoir, e com produções recentes que visibilizam a presença das mulheres no pensamento filosófico, em particular a *Enciclopédia Mulheres na Filosofia* (Araújo, Frateschi & Leal, 2024). A partir desse conjunto de referências, busca-se demonstrar que a exclusão das filósofas não decorre de uma lacuna intelectual, mas de critérios históricos e epistemológicos que restringiram o reconhecimento do filosofar feminino.

Quando Severino descreve a filosofia como uma elaboração não explícita, uma dimensão quase espontânea da consciência humana (Severino, 1999), abre-se uma questão fundamental: se a filosofia é essa capacidade espontânea de pensar, por que as mulheres não aparecem como protagonistas na história da filosofia brasileira? Seriam elas incapazes desse exercício reflexivo ou o próprio processo de construção do filosofar no Brasil tornou-se restritivo, reconhecendo como filosofia apenas aquilo que foi produzido e legitimado por homens? É a partir dessa inquietação que este trabalho se propõe a refletir criticamente sobre a invisibilização das mulheres na filosofia brasileira.

A FILOSOFIA SEGUNDO SEVERINO

Para dar continuidade a este artigo, é necessário compreender, primeiramente, o que Antônio Joaquim Severino entende por filosofia. O autor afirma que a filosofia não se reduz a qualquer forma de pensamento, mas corresponde a um nível mais elevado de reflexão que a consciência humana pode alcançar (Severino, 1999). Ao apresentar diferentes patamares do filosofar, Severino busca mostrar que a consciência humana se constitui a partir de posturas específicas do homem diante de suas circunstâncias históricas e existenciais. Nessa perspectiva, o ser humano elabora concepções sobre si mesmo, sobre o mundo, sobre sua existência e sobre a realidade que o cerca.

Ao tratar do sentido da filosofia, Severino afirma:

A filosofia, enquanto reflexão originária, enquanto forma, modalidade de pensar, não se faz presente apenas no plano de sua expressão acadêmica explícita. Na realidade, num determinado contexto cultural, é possível encontrá-la em diferentes patamares (Severino, 1999, p. 21).

Essa concepção rompe com uma compreensão restrita da filosofia como saber exclusivo das universidades, dos sistemas teóricos ou dos textos clássicos. Antes de ser disciplina, a filosofia se apresenta como uma forma humana de pensar, que nasce da experiência e da tentativa de compreender o mundo e a própria existência.

Essa afirmação é central para a reflexão sobre a invisibilização das mulheres na filosofia. A ausência feminina nos cânones não indica ausência de pensamento, mas ausência de reconhecimento. A partir da obra *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, organizada por Yara

Frateschi, Carolina Araújo e Halina Leal (2024), percebe-se que, historicamente afastadas dos espaços formais de produção intelectual, as mulheres não deixaram de refletir sobre a vida, a política, a educação, a ética e as relações sociais. A obra evidencia a presença de filósofas desde a Antiguidade até a contemporaneidade, revelando um legado amplo e diverso. No entanto, como essas produções não circulavam nos ambientes considerados legítimos, foram frequentemente desqualificadas, silenciadas ou ignoradas pela tradição.

Quando Severino sustenta que a filosofia se manifesta em diferentes patamares de um contexto cultural, ele possibilita reconhecer como filosóficas produções que emergem fora da academia. Nesse sentido, a obra organizada por Frateschi, Araújo e Leal (2024) revela que muitas mulheres elaboraram reflexões profundas sobre múltiplos aspectos da realidade. Assim, o que durante séculos foi ocultado começa a ser recuperado por meio de pesquisas comprometidas com a visibilidade das filósofas.

Entretanto, ao analisar *A filosofia contemporânea no Brasil*, torna-se evidente um cenário de exclusão das produções femininas. Embora Severino busque compreender o contexto da prática filosófica no país, sua obra também revela, ainda que de modo não intencional, a ausência das mulheres nos registros das correntes filosóficas e dos principais movimentos do pensamento brasileiro.

Enquanto a *Enciclopédia Mulheres na Filosofia* (Frateschi; Araújo; Leal, 2024) apresenta trinta nomes de filósofas distribuídos por diferentes períodos históricos, conforme ilustrado no Quadro 1, fica evidente que a atuação feminina no pensamento filosófico é contínua e remonta às origens da tradição ocidental.

Ademais, vale ressaltar que o levantamento realizado pelas autoras não apenas comprova a existência de uma linhagem feminina no pensamento ocidental, mas também evidencia o caráter seletivo dos cânones filosóficos. Muitas das filósofas listadas, ou seja, de Hipátia na Antiguidade a Simone de Beauvoir na Contemporaneidade; são amplamente reconhecidas em estudos especializados e na filosofia feminista, mas permanecem frequentemente ausentes nas narrativas panorâmicas e nas sínteses históricas que moldam o ensino da disciplina.

Quadro 1. Presença Contínua das Mulheres na Filosofia por Período Histórico

Filosofia Antiga	Filosofia Medieval	Filosofia Moderna	Filosofia Contemporânea
Cleobulina de Lindos	Dhuoda	Elisabeth de Boêmia	Rosa Luxemburgo
Aspásia de Mileto	Murasaki de Argenteuil	Margaret Cavendish	Hannah Arendt
Hipárquia de Maronéia	Hildegarda de Bigen	Sor Juana Inés de la Cruz	Simone de Beauvoir
Ban Zhao	Marguerite Porete	Émilie de Châtelet	Simone Weil
Macrina, a quarta Capadócia	Christene de Pizan	Mary Wollstonecraft	Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe
Hipátia de Alexandria		Karoline von Gunderrode	Sophie Bosedé Olúwolé
			Gloria Anzaldúa
			Angela Davis

			Sueli Carneiro
			Judith Butler
			Oyérónké Oúrwuúmi
			Nancy Fraser

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A partir do levantamento das filósofas presentes na *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, observa-se que a invisibilização das mulheres não pode ser compreendida como falta de produção intelectual. Cada filósofa citada possui um legado próprio e contribuições significativas. A invisibilidade, portanto, resulta de uma cultura que definiu previamente quem poderia ser reconhecido como filósofo e quais discursos poderiam ser legitimados como filosofia. À luz da obra de Severino, recuperar as contribuições das mulheres é também recuperar o sentido originário do filosofar: um modo de pensar enraizado na experiência histórica e aberto à pluralidade das vozes.

Não obstante, é significativo notar que a própria *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, em sua abrangente recuperação do legado feminino no pensamento ocidental, também espelha, ainda que em outro registro, a marginalização das filósofas brasileiras. A obra, ao focar majoritariamente em nomes consagrados da tradição europeia e norte-americana, não inclui em seu levantamento as filósofas brasileiras mencionadas por Severino (1999) ou as pensadoras contemporâneas que atuam no país.

Essa dupla ausência, tanto na historiografia nacional de Severino quanto em um projeto internacional dedicado à visibilidade das mulheres, revela um apagamento ainda mais complexo: as filósofas brasileiras são invisibilizadas não apenas pelo cânone patriarcal local, mas também frequentemente negligenciadas pelas narrativas feministas globais, que podem reproduzir certos centrismos geopolíticos. Assim, a lacuna identificada em Severino (1999) dialoga criticamente com os limites do próprio projeto de recuperação enciclopédica, destacando que a inclusão plena exige um olhar interseccional que considere também a dimensão geográfica e colonial na construção do conhecimento filosófico.

A FORMA COMO A FILOSOFIA É CONSTRUÍDA NO BRASIL SEGUNDO SEVERINO

A proposta aqui não é responsabilizar Antônio Joaquim Severino pela invisibilização das mulheres na filosofia brasileira. Ao contrário, sua obra é fundamental para compreendermos como a filosofia contemporânea se constituiu no Brasil. O que se busca é mostrar que *A filosofia contemporânea no Brasil* desvela, mesmo que não intencionalmente, a maneira como a filosofia foi historicamente pensada, organizada e legitimada em nosso país.

Severino constrói sua análise a partir das correntes filosóficas, dos contextos históricos, das instituições e dos principais representantes do pensamento no Brasil. Esse modo de narrar não nasce de uma escolha pessoal isolada, mas de uma tradição que entende a filosofia como um campo estruturado principalmente por sistemas teóricos, universidades, publicações e autores já consagrados. É dentro dessa lógica que a história da filosofia brasileira foi sendo formada. Inclusive, ele reforça que:

Quando se busca entender as atitudes fundamentais que delineiam o estilo específico do filosofar brasileiro, duas constatações chamam logo a atenção. A primeira constitui uma verdadeira tradição: a grande maioria de nossos pensadores desenvolve seu esforço teórico deixando-se guiar por algum modelo filosófico já constituído (Severino, 1999, p. 24).

Quando Severino afirma que muitos filósofos brasileiros pensaram seguindo modelos já prontos, ele chama a atenção para um traço muito forte da nossa filosofia: ela foi construída, em grande parte, olhando para fora, repetindo caminhos que já estavam definidos. Isso quer dizer que, em vez de partir das próprias experiências, dos conflitos do país e das pessoas que aqui vivem, o pensamento filosófico brasileiro se acostumou a caminhar atrás de tradições já consolidadas.

Esse modo de fazer filosofia ajuda a entender por que tantas vozes ficaram de fora da história oficial. Se os modelos seguidos já eram masculinos, europeus e formados em espaços onde as mulheres não tinham lugar, então o pensamento delas dificilmente seria reconhecido como filosofia. Não porque não existisse, mas porque não se encaixava no padrão que já estava estabelecido. Sobre isso, Severino faz a seguinte indagação:

Por que o filósofo brasileiro não se preocupa em deixar bem claro o sentido de seu próprio trabalho? Será que admite como um dado pronto, embutido no próprio modelo de que se apropria, o sentido do filosofar? Afinal, o que é filosofar, qual o sentido específico desta tarefa frente ao trabalho intelectual como um todo, tanto mais levando-se em conta as determinações concretas da sociedade e da cultura brasileiras, na sua atualidade histórica? (Severino, 1999, p. 25).

Portanto, depreende-se que a dificuldade em explicitar o sentido do filosofar nacional pode estar ligada à ausência de um questionamento crítico sobre quem está incluído nesse próprio trabalho. A aceitação acrítica dos modelos importados naturalizou também a exclusão de vozes e experiências, entre elas as femininas. Portanto, a “repetição” criticada por Severino não é apenas teórica, mas também social e identitária, perpetuando um cânone que silencia mulheres ao não reconhecer seus modos de reflexão como filosóficos.

Outrossim, Severino enfatiza que a filosofia é uma reflexão originária, enquanto forma e modo de pensar. Nesse sentido, Araújo, Leal e Frateschi (2024) mostram que muitas mulheres sempre exerceram esse movimento reflexivo, seja na educação, na política, na literatura ou no cotidiano, mas isso não foi reconhecido como filosofia desde o princípio. Por esse motivo, suas produções permaneceram quase invisíveis.

Desse modo, a pergunta de Severino não é apenas sobre os filósofos, mas sobre como a filosofia no Brasil decide o que é filosofia e quem

pode ser chamado de filósofo. A resposta evidencia que esse sistema historicamente favoreceu os homens e deixou as mulheres à margem. Inclusive, há na filosofia a valorização do termo “homem” como atribuição ao ser humano em sua totalidade, englobando gênero masculino e feminino, como se não houvesse distinção.

Contudo, essa distinção se faz necessária, especialmente porque, na história da filosofia, buscou-se compreender a origem e a própria existência. Vale ressaltar que as mulheres também aparecem como esse ser que questiona e busca respostas, mesmo quando isso não lhes era permitido. Compreender esse processo é um primeiro passo para transformar essa história e abrir espaço para todas as vozes.

Sobre o uso do termo “homem” na filosofia como atribuído à totalidade (homem/mulher), o próprio Severino, diversas vezes, retoma em sua obra a ideia de que a filosofia se origina desse questionamento em que o homem busca respostas sobre a existência, sobre a vida e sobre o que acontece ao seu redor. Destaca-se que Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (2019), já faz uma crítica à permanência dessa terminologia, que mantém o homem no centro. Ao ser utilizado o termo “homem” para designar o ser humano, definido como homem e mulher, as mulheres passam a ser compreendidas como o “outro sexo”.

Assim, a repetição de modelos não produziu apenas uma dependência teórica, mas também contribuiu para um tipo de cegueira. Passou-se a olhar sempre para os mesmos autores, problemas e sujeitos. Nesse processo, as mulheres foram sendo empurradas para fora do campo filosófico ou mantidas em espaços secundários, sem reconhecimento e sem visibilidade.

Ademais, o modelo de filosofia incorporado na cultura brasileira é o ocidental, como afirma o filósofo:

Essa necessidade de recurso constante à tradição filosófica estrangeira, aos modelos clássicos ou atuais da filosofia ocidental, por sinal fortemente valorizada pela academia, tem um primeiro efeito negativo que é a tendência, normal nessas situações, de levar a uma escolatização do pensar, dificultando sempre que se utilize o modelo que se segue como uma ferramenta hábil e uma base fecunda para se pensar, autonomamente, uma problemática real, reduzindo-o, na maioria das vezes, à retomada e repetição dos critérios de constituição desse modelo (Severino, 1999, p. 24).

Dessa forma, Severino afirma que a filosofia brasileira sempre recorreu a modelos estrangeiros, valorizados pela academia. O problema é que isso faz com que o pensamento se torne preso a estruturas prontas. Em vez de utilizar esses modelos como instrumentos para refletir sobre a própria realidade, muitas produções acabam se limitando à repetição do que já foi estabelecido.

É nesse contexto que se compreende por que as mulheres ficaram de fora. Se a filosofia é medida por padrões europeus e masculinos, o que elas pensaram não é reconhecido como “filosofia”. Não porque não tenham pensado, mas porque não tiveram espaço de legitimação.

Assim, o que Severino (1999) mostra é que filosofar exige tomar os modelos como ferramentas, mas utilizá-los para criar, refletir e questionar a realidade. As mulheres sempre fizeram isso, mas sua produção não foi reconhecida como filosofia.

Por isso, a análise do autor não é neutra. Ela revela um estilo de filosofar que contribuiu para a construção de uma filosofia brasileira pouco aberta à diferença e à pluralidade. Questionar esse estilo é também questionar por que as mulheres quase nunca aparecem quando se conta a história da filosofia no Brasil.

Em complementaridade ao pensamento de Severino, a invisibilização das mulheres na filosofia brasileira não é um fenômeno isolado, mas parte de um “emaranhado de exclusões” estrutural, conforme analisado por Sattler (2024). Esse processo opera por meio de uma lógica circular que associa a racionalidade ao masculino, o método filosófico à argumentação como disputa, e a autoridade do cânone à repetição de modelos que naturalizam a ausência feminina.

A obra de Severino (1999), ao mapear as correntes e os representantes da filosofia contemporânea no Brasil, espelha involuntariamente esse mecanismo: a dependência de paradigmas externos e a valorização acadêmica de um cânone predominantemente masculino criam um filtro epistemológico que deslegitima a priori as vozes e formas de reflexão que não se encaixam nesse padrão. Desse modo, a pouca presença das filósofas em sua narrativa não é mera omissão, mas sintoma de um sistema que define “quem sabe jogar o jogo” filosófico.

Esse sistema se perpetua no cotidiano acadêmico por meio de “gestos de exclusão” que vão desde a desqualificação de ideias até a apropriação masculina de contribuições femininas, práticas que Sattler (2024) identifica como *maninterrupting*, *mansplaining* e *bropropriating*.

No contexto do ensino e da pesquisa no Brasil, tais gestos se materializam na escassez de filósofas nas bibliografias, na sub-representação nos departamentos e na dificuldade de obtenção de financiamento para pesquisas. Romper com esse ciclo exige mais do que a inclusão pontual de nomes; implica desnaturalizar a própria ideia de um cânone fixo e questionar os critérios de validade que historicamente associaram a excelência filosófica a um perfil específico de sujeito. Recuperar e valorizar as contribuições das mulheres, portanto, é um ato de subversão epistemológica, que amplia os horizontes do filosofar e o reconecta com a pluralidade da experiência humana.

CURRÍCULO, PODER E A EXCLUSÃO DAS FILÓSOFAS

A pedagogia filosófica tradicional atua como um mecanismo de reprodução de poder, perpetuando exclusões de gênero e raça por meio de currículos, métodos de ensino e critérios de legitimidade acadêmica. Como demonstrado por Sattler (2024), a formação em filosofia frequentemente reforça a ideia de que a racionalidade e o “argumento filosófico” são atributos masculinos, marginalizando vozes e formas de pensamento associadas ao feminino. Essa dinâmica se manifesta não apenas na ausência de autoras mulheres nas bibliografias, mas também em práticas pedagógicas que silenciam e deslegitimam a participação feminina, criando um ambiente hostil e excludente (Sattler, 2024). Desse modo, o currículo

não é neutro; ele consolida uma visão androcêntrica da filosofia, naturalizando a ideia de que mulheres não pertenceriam plenamente a ela.

Berticelli e Telles (2017) destacam que, a partir dos anos 1990, o currículo passou a ser compreendido como um artefato cultural e político, influenciado por perspectivas pós-críticas, pós-estruturalistas e multiculturalistas. Autores como Foucault, Deleuze, Derrida e os Estudos Culturais trouxeram a noção de que o currículo não apenas transmite conhecimentos, mas também produz identidades, incluindo e excluindo vozes. “O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação” (Silva, 1996, p. 23).

Essa visão abre espaço para questionar porque as filósofas foram historicamente excluídas dos cânones curriculares. Sua ausência não é acidental, mas resultado de uma lógica de poder que privilegiou vozes masculinas, brancas e eurocêntricas na construção do saber filosófico oficial.

Além da exclusão de gênero, o epistemicídio, isto é, a destruição sistemática de saberes de povos não europeus, configura uma dimensão crucial da marginalização na história da filosofia. Como destacado por Xavier (2024), a produção intelectual de mulheres negras e indígenas foi historicamente apagada, não apenas pelo sexismo, mas também pelo racismo estrutural e pela colonialidade do saber.

No cenário brasileiro, essa exclusão se reflete na invisibilidade de pensadoras negras e indígenas nos currículos e nas narrativas filosóficas hegemônicas, reforçando uma noção de filosofia como

empreendimento exclusivamente branco e europeu (Xavier, 2024). A crítica ao cânone, portanto, deve considerar essas intersecções, reconhecendo que a falta de representatividade não é um acidente, mas resultado de processos políticos de silenciamento.

Nesse sentido, destaca-se a emergência da lógica da diferença em contraposição à lógica da identidade homogênea (Berticelli; Telles, 2017). Autores como Sacristán (1995) e Paraíso (2005) defendem um currículo que acolha a diversidade étnica, cultural e de gênero. No Brasil, isso se reflete inclusive na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996, que prevê uma base nacional comum complementada por uma parte diversificada, considerando “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Brasil, 1996).

Essa discussão se aproxima da reflexão de Severino (1999) sobre a filosofia brasileira, que, ao analisar a constituição do pensamento filosófico nacional, revela uma dependência de modelos externos e uma reprodução acrítica de cânones predominantemente masculinos. Se, como afirma o autor, a filosofia se manifesta em diferentes patamares de um contexto cultural e não se restringe à expressão acadêmica explícita, então o currículo filosófico escolar deveria ser capaz de acolher as múltiplas vozes que compõem esse cenário, inclusive as das mulheres, cujas reflexões muitas vezes emergiram fora dos espaços formais de legitimação. A ausência dessas vozes no currículo é, portanto, uma exclusão política que reforça a invisibilidade criticada por Severino ao descrever um filosofar brasileiro pouco questionador de seus próprios fundamentos.

Essa abertura para a diversidade deve incluir a dimensão de gênero. Se o currículo deve refletir a pluralidade de experiências humanas, então a filosofia escolar precisa incorporar as contribuições das mulheres. Não como apêndice, mas como parte constitutiva do pensamento filosófico. Para mais, Incluir filósofas no currículo significa, portanto, oferecer referências identitárias diversas para estudantes, especialmente meninas, que poderão se reconhecer como sujeitos capazes de pensar filosoficamente. Além disso, ajuda a desconstruir estereótipos de gênero associados à atividade filosófica.

A PRESENÇA INVISÍVEL DAS MULHERES: REFERÊNCIAS, MAS NÃO PROTAGONISMO

Durante a leitura de *A filosofia contemporânea no Brasil*, é possível perceber que as mulheres não estão totalmente ausentes da obra. Alguns nomes aparecem, principalmente nas referências, em notas ou em menções rápidas. Isso mostra que as mulheres existiram, escreveram e participaram da construção do pensamento filosófico. Contudo, também revela que elas não ocupam lugar de destaque.

Como a própria obra, elaborada por Severino (1999, p. 11), “trata-se de um trabalho que, por sua vez, está historicamente situado, sofrendo limitações e parcialidades, riscos inerentes à própria análise científica e ampliados sempre por precariedades de condições conjunturais”, torna-se necessário que novos pesquisadores, atendendo ao convite do autor, ampliem esse conhecimento e incluam as vozes das mulheres no ensino de filosofia. É preciso que as futuras investigações superem a restrição imposta pela conjuntura da realização do trabalho daquela época, garantindo que

o protagonismo feminino esteja presente na história da filosofia no Brasil.

Além disso, o não aparecimento das filósofas nas correntes filosóficas, nem como autoras na pesquisa sobre o contexto filosófico brasileiro, coopera diretamente para a sua invisibilização. Na própria obra, seus nomes aparecem ocultos no neotomismo, no neopositivismo, na fenomenologia, entre outras correntes. Na maior parte das vezes, surgem de forma secundária, quase escondidas, sem aprofundamento, ou apenas nas referências. Isso não é culpa do pesquisador, mas evidencia que as mulheres não foram inseridas nas correntes, embora fizessem filosofia e se interessassem por filosofia.

Diante do exposto, apresentam-se explicitamente os nomes e as principais áreas de atuação das filósofas que aparecem nas referências da obra estudada. O Quadro 2 sintetiza essas contribuições, comprovando sua existência e oportunizando, neste trabalho, a visibilidade de seus nomes, para que, posteriormente, mais pesquisadores e pesquisadoras, ao iniciarem estudos sobre a historicidade filosófica, saibam que, em terras brasileiras, as filósofas existem e produzem.

Quadro 2. Filósofas brasileiras mencionadas na obra de Severino e suas áreas de contribuição

Nome	Áreas de atuação / Contribuições principais
Ayda Ignez Arruda	Lógica formal, metodologia axiomática.
Andrea M.A.C. Loparic	Quantificação modal, lógicas não-clássicas, decidibilidade.

Creusa Capalbo	Fenomenologia, hermenêutica, filosofia da educação.
Dulce Mara Critelli	Fenomenologia, ontologia do cotidiano, filosofia da educação
Leda Maria de Miranda Huhne	Hermenêutica poética (Heidegger), filosofia da linguagem
Lídia Acerboni	Neopositivismo, influências no Brasil
Maria Aparecida Viggiani Bicudo	Filosofia da educação, teoria do conhecimento, antropologia filosófica
Maria Fernanda S. F. B. Dichtchekian	Psicologia fenomenológica, fenomenologia.
Maria Vilma Fernandes	Consciência em contextos modais, semântica filosófica.
Marilena de Souza Chauí	Democracia, ideologia, história da filosofia, estudos sobre Spinoza e Merleau-Ponty.
Salma Tannus Muchail	Filosofia contemporânea, estudos sobre Maurice Nédoncelle.
Telma Aparecida Donzelli	Epistemologia, filosofia das ciências humanas, lógica, Psicologia.
Thais Curi Beaini	Heidegger, filosofia da linguagem, estudos da Linguagem e da arte, a partir do pensamento de Heidegger.
Vera Lúcia Caldas Vidal	Filosofia da linguagem, filosofia analítica, estudos sobre Quine.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Percebe-se, portanto, que mesmo com limitações de visibilidade, essas mulheres estiveram e estão presentes na filosofia brasileira, muitas vezes em temas transversais e relevantes para serem

tratados em sala de aula, como fenomenologia, educação, linguagem, lógica e epistemologia. No entanto, suas contribuições permanecem, em grande medida, à sombra de uma narrativa filosófica tradicionalmente masculina.

Entretanto, nas terras brasileiras mulheres fazem filosofia, mas precisam também se atentar quanto ao número de pesquisas voltadas apenas na filosofia masculina, para que elas não corram o risco de repetir o mesmo erro que os homens, “apagá-las” da história da Filosofia. Não parte como princípio deste trabalho classificar a Filosofia por gênero ou fazer uma filosofia sexista, mas despertar aos professores olhares para a Filosofia Feminina e a igualdade de gênero.

Por isso, é necessário garantir que as próximas gerações tenham acesso às diversas vozes que compõem a tradição filosófica, incluindo as vozes femininas, para que a história da filosofia se torne, de fato, igualitária e inclusiva. A filosofia, enquanto disciplina, não deve ser concebida como um saber exato. Ela precisa ser humanizada, na medida em que homens e mulheres, por meio de suas divergências e construções de novos saberes, ampliam as possibilidades de interpretação e compreensão dos *logos*, entendido não como uma razão estática, mas como um processo vivo de busca pelo conhecimento, que se transforma no debate e na construção coletiva (Silva, 2025).

Reconhecer as vozes femininas na filosofia brasileira não é um favor, mas um passo necessário para que o pensamento se torne, de fato, livre, plural e comprometido com a transformação da educação e da sociedade.

Diálogos com o pensamento feminista contemporâneo

Para além das filósofas citadas nas referências de Severino, é fundamental reconhecer a produção intelectual de mulheres que, no cenário brasileiro contemporâneo, têm ampliado e transformado os horizontes do filosofar a partir de perspectivas interseccionais, antirracistas e decoloniais. Autoras como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e Carla Rodrigues não apenas produzem filosofia de alto nível, mas também colocam em evidência temas como raça, gênero, colonialidade e justiça epistêmica, questionando as estruturas excludentes da própria tradição filosófica. O Quadro 3 apresenta uma síntese de algumas dessas pensadoras e suas contribuições centrais:

Quadro 3. Pensadoras brasileiras contemporâneas e suas contribuições filosóficas

Nome	Áreas de atuação / Contribuições principais
Carla Rodrigues	Filosofia contemporânea, ética, estudos de gênero, teoria feminista e psicanálise. Autora de <i>A duração do instante</i> (2019) e pesquisadora sobre vulnerabilidade e cuidado.
Djamila Ribeiro	Filosofia política, feminismo negro, pensamento decolonial, crítica às estruturas de poder. Autora de <i>Pequeno manual antirracista</i> (2019) e <i>Lugar de fala</i> (2017).
Márcia Tiburi	Filosofia da arte, ética, estética, filosofia política, comunicação e pensamento feminista. Autora de <i>Como conversar com um fascista</i> (2015) e <i>Feminismo em comum: Para todas, todes e todos</i> (2018).
Sueli Carneiro	Filosofia antirracista, feminismo negro, interseccionalidade, crítica ao epistemicídio. Autora de <i>Escritos de uma vida</i> (2018) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Viviane Mosé	Filosofia e educação, crítica da modernidade, filosofia prática e comunicação pública. Autora de <i>A escola e os desafios contemporâneos</i> (2013) e <i>Nietzsche e a grande política da linguagem</i> (2005).
--------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Essas pensadoras evidenciam que o filosofar no Brasil não se limita à reprodução de modelos importados, mas se reinventa a partir de experiências locais, corpos racializados, lutas sociais concretas e desafios éticos e educacionais contemporâneos. Suas obras tensionam os cânones, ampliam o conceito de filosofia e demandam um lugar legítimo na história do pensamento brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs uma reflexão crítica sobre a invisibilização das mulheres na filosofia brasileira, tomando como referência analítica a obra *A filosofia contemporânea no Brasil*, de Antônio Joaquim Severino. Partiu-se da seguinte questão norteadora: se a filosofia se manifesta em diferentes patamares da experiência humana e não se restringe aos espaços formais de produção, por que as mulheres permanecem excluídas dos registros, dos cânones e do ensino da filosofia no Brasil?

A análise realizada permitiu concluir que a invisibilidade das filósofas não resulta de uma lacuna intelectual, mas de critérios históricos, institucionais e epistemológicos que estruturaram o campo filosófico nacional. A obra de Severino, ao mapear as correntes e os representantes do pensamento brasileiro a partir de modelos predominantemente masculinos e eurocêntricos, torna-se um espelho desse processo excludente. Como evidenciado, mesmo

filósofas com produção reconhecida, seja nas referências da obra analisada, seja no cenário contemporâneo; permanecem à sombra de uma narrativa historiográfica que privilegiou vozes masculinas e naturalizou sua ausência.

Desse modo, esta pesquisa oferece ao menos três contribuições relevantes. Em primeiro lugar, amplia o diagnóstico crítico sobre a filosofia brasileira, demonstrando que a dependência de modelos externos criticada por Severino acarretou também uma exclusão de gênero. Em segundo, visibiliza um conjunto significativo de filósofas, tanto as mencionadas na obra *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, organizada por Yara Frateschi, Carolina Araújo e Halina Leal, quanto as brasileiras mencionadas na obra de Severino, bem como as que atuam em perspectivas interseccionais e decoloniais, oferecendo subsídios para a revisão de currículos e práticas pedagógicas. Por fim, reafirma a urgência de se repensar o próprio sentido do filosofar no Brasil, defendendo uma concepção mais plural e aberta, capaz de acolher a diversidade de vozes e experiências que constituem o pensamento nacional.

Reconhece-se, como limitação deste estudo, o caráter exploratório e bibliográfico da análise, centrada em uma obra específica de Severino e em fontes secundárias que visibilizam as mulheres na filosofia. Apesar de ter identificado e sistematizado diversas filósofas, não se pretendeu esgotar a totalidade de suas produções ou realizar uma análise aprofundada de cada trajetória. Futuras pesquisas podem avançar na investigação empírica sobre a presença e a recepção dessas autoras em programas de pós-graduação, em livros didáticos e na formação de professores.

Conclui-se, portanto, que compreender e combater a invisibilização das mulheres na filosofia brasileira é mais do que um exercício de justiça historiográfica; é uma condição para a renovação democrática do pensamento. Ensinar e pesquisar filosofia de forma inclusiva, valorizando as contribuições femininas em sua pluralidade, é um passo decisivo para que a história do pensamento brasileiro se torne, de fato, representativa de todas as vozes que a compõem, e, assim, mais crítica, viva e capaz de dialogar com os desafios de nosso tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carolina; FRATESCHI, Yara; LEAL, Halina. (orgs.). **Enciclopédia mulheres na Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BERTICELLI, Ireno Antônio; TELLES, Ana Maria. O currículo na contemporaneidade: filosofia e tendências. **Revista Pedagógica**, [S.l.], v. 19, n. 41, maio/ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; STROPANO, Telma Regina; COSTA, Michel da; CASTRO JÚNIOR, Francisco Pires; LACERDA JÚNIOR, Orivaldo da Silva; BRASIL, Melca Moura; CAMBA, Mariangela. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, São José dos Pinhais, Paraná, v. 15, n. 7, p. 01-15, 2024.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto.; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo-mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 67-82, jan./jun. 2005.

SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo e diversidade cultural. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.

SATTLER, Janyne. Emaranhado de exclusões: o cânone, o argumento e a disputa – notas para um entendimento. *In*: PUGLIESE, Nastassja; SECCO, Gisele; OLIVEIRA, Bernardo (orgs.). **Vozes: mulheres na história da filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024. p. 51-59.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A filosofia contemporânea no Brasil: Conhecimento, política e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identities terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Wanderlei Pedro de Araujo. Do mito (ΜΥΘΟΣ) ao logos (ΛΟΓΟΣ): o surgimento da filosofia (ΦΙΛΟΣΟΦΙΑ). *In*: PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. **A Filosofia entre a essência e o existente**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2025. p. 27-36.

XAVIER, Giovana. História intelectual de mulheres negras: notas de pesquisa do próprio fazer. *In*: PUGLIESE, Nastassja; SECCO, Gisele; OLIVEIRA, Bernardo (orgs.). **Vozes**: mulheres na história da filosofia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024. p. 60-66.

¹ Professora de Filosofia e mestranda pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atua no Ensino Médio e tem construído seus estudos no campo da Filosofia da Educação, com ênfase na filosofia brasileira e na filosofia feminista. Seu interesse nasce da experiência concreta com a escola e da inquietação diante da forma como a história da filosofia foi instituída, frequentemente marcada pela exclusão das mulheres e pelo silenciamento de outras vozes. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6292-5075>. LATTES: <https://lattes.cnpq.br/1416845448863244>.

² Possui graduação em Teologia e Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrado em Ética e Epistemologia pela Universidade Federal do Piauí (2011). Doutorado em Filosofia da Educação (USP). Atualmente é professora adjunta IV na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tem experiência nas áreas de Filosofia e Educação atuando principalmente nos temas: filosofia política de Hannah Arendt, ensino, gênero, feminismos e meio ambiente. LATTES: <https://lattes.cnpq.br/3726346205353421>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2543-6647>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Venda

Nova do Imigrante (Faveni). Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Atua nas áreas de Educação, Psicologia e Filosofia, com experiência em pesquisa, docência e estágio pedagógico no Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5779035996102528>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7269-8719>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).